

RELATÓRIO

Reunião – Reintegração de Posse da Fazenda Pacu, Município de Jaupaci-GO

I – Audiência

Data: 06/09/2017

Local: Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária,
Goiânia-GO

Participantes:

- Deputada Isaura Lemos (PC do B), presidenta da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana da Assembleia Legislativa de Goiás;
- Coronel da Polícia Militar Edson Costa Araújo, presidente da Comissão de Conflitos Fundiários da Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária do Estado de Goiás;
- Tenente Coronel da Polícia Militar Karison Ferreira Sobrinho, chefe da Seção de Planejamento da Polícia Militar de Goiás;
- Capitã da Polícia Militar Telma Lúcia Bernardes, secretária da Comissão de Conflitos Fundiários da Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária do Estado de Goiás;
- Sílvio Silva Sousa, superintendente de desenvolvimento agrário e fundiário da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação do Estado de Goiás;

- Advogada Andréa Gonçalves Silva, defensora dos agricultores representantes do Sintraf (Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar);
- Vereadora Ângela Maria Alves de Oliveira (Ângela Gringa), vereadora do Município de Fazenda Nova;
- Fabrício Alexandre, representante do Sintraf (Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar);
- Adriana Rosa de Sousa, representante do Sintraf (Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar);
- Leandro Neiva, assessor parlamentar da deputada Isaura Lemos;
- Marcela Miranda, analista legislativo da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana da Assembleia Legislativa de Goiás.

A audiência teve como objetivo debater a situação das cerca de 30 famílias que ocupam desde junho a Fazenda Pacu, localizada no Município de Jaupaci-GO.

A advogada dos agricultores discorreu sobre os fatos ocorridos até o momento e apresentou a situação jurídica dos agricultores. Ela pontuou que ainda existem dúvidas sobre a propriedade das terras, pois o proprietário apresentou apenas uma escritura de posse, o que não significa que ele seja de fato o proprietário. Segundo a vereadora Ângela Gringa, há fortes indícios de que o imóvel pertença ao Estado, e tenha sido ocupado por fazendeiros, que legalizaram a posse na década de 70.

O tenente coronel Karison Ferreira Sobrinho acrescentou que a fazenda em questão possui um histórico de conflitos de posse, mas que até a presente data a Polícia Militar ainda não havia recebido nenhuma ordem judicial de reintegração de posse.

O coronel Edson Costa Araújo concluiu que no momento não é possível tomar nenhuma medida, pois a Justiça ainda não se pronunciou em caráter definitivo sobre a desocupação da fazenda ou manutenção da posse. Cabe ao juiz encarregado do caso decidir se mantém a reintegração de posse em favor

do proprietário, ou se concede prazo maior para esclarecimento acerca da propriedade das terras. Ele ratificou ainda que a polícia militar deverá cumprir a determinação judicial, qualquer que seja ela, e que caso a justiça decida pela saída das famílias, as autoridades do Estado poderiam auxiliá-los na busca de um local mais adequado para se instalarem.

Representando o Estado de Goiás, o superintendente de desenvolvimento agrário e fundiário Silvio Silva Sousa se prontificou a abrir um processo na Secretaria para averiguar se as terras são de propriedade do Estado.

A deputada Isaura Lemos, por sua vez, se comprometeu a formalizar um ofício solicitando ao juiz que conceda maior prazo às famílias para que se possa esclarecer se de fato as terras são propriedade privada ou se são terras devolutas do Estado que poderiam ser destinadas à reforma agrária.

II – Histórico

No dia 03/06/2017, cerca de 30 famílias ocuparam a Fazenda Pacu, no Município de Jaupaci-GO. Segundo os produtores, que são ligados ao Sintraf (Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar), as terras possuem problemas na documentação de propriedade e poderiam ser destinadas à reforma agrária.

No dia 07/07/2017 foi realizada audiência de conciliação no fórum de Fazenda Nova, mediada pelo Juiz de Direito Eduardo Perez Oliveira, em que estiveram presentes os agricultores, seu advogado dr. Ronaldo Alves Lamonier, além de representantes da Ouvidoria Agrária Nacional e do Incra. As partes acordaram pacificamente com a desocupação das terras no prazo máximo de 20 dias, o que não ocorreu.

Em ofício encaminhado no dia 07/03/2017, a Superintendência do Patrimônio da União em Goiás informou que a Fazenda Pacu não se enquadra em nenhuma das situações que configuram como de interesse/propriedade da União, não sendo possível a realização de vistoria ou autorização para entrada no imóvel.

A Superintendência Regional do Incra em Goiás também se pronunciou, por meio de ofício encaminhado no dia 16/08/2017, informando que o imóvel rural em questão foi objeto de vistoria para fiscalização de cumprimento da função social em 2004, tendo sido classificada como Grande Propriedade Produtiva, e que se verificou que o imóvel não pertence ao Incra.

III – Composição da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana

Deputados Membros

1 - Titulares

Isaura Lemos (PC do B) – Presidenta
Carlos Antonio (PSDB) – Vice-Presidente
Jean (PHS)
Marlúcio Pereira (PSB)
Sérgio Bravo (PROS)
Humberto Aidar (PT)
Nédio Leite (PSDB)

2 - Suplentes

Luís César Bueno (PT)
Álvaro Guimarães (PR)
Marquinho Palmerston (PSDB)
Helio de Sousa (PSDB)
Henrique Arantes (PTB)
Paulo Cezar Martins (PMDB)
Iso Moreira (PSDB)

Deputada Isaura Lemos (PC do B)

Presidenta da Comissão

Equipe Técnica

Mary Anne Rodrigues Araújo

Agente Legislativo

Marcela Ferreira Souza de Miranda

Analista Legislativo

Valdivino Edson de Azevedo

Analista Legislativo

Érika Akemi Bernardes Iwamoto

Estagiária

Janaína de Cássia Sousa Silva

Estagiária